

NOTA TÉCNICA 02/2015

DATA: 10/02/2015

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2015 -
1ª Revisão de Receita.

I – Metas de arrecadação 2015 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação ao registrado na Lei Orçamentária Anual 2015 – LOA e orientar a divulgação das metas de arrecadação do exercício nos termos do que dispõe o art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reestimativa se justifica pela materialização de fatos novos posteriores ao período de elaboração da referida Lei, permitindo assim uma projeção mais precisa do cenário fiscal para o exercício corrente, com vistas a preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro do ERJ. As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados ao longo desta Nota.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totalizam R\$ 60,1 bilhões. O valor representa uma redução de R\$ 9,2 bilhões em relação à LOA, sobretudo por conta do cenário pouco auspicioso da arrecadação da Receita Tributária, principalmente o ICMS (-R\$ 3,9 bilhões em relação à LOA), assim como a adoção de uma postura conservadora em relação à realização de Receitas Extras (-R\$ 2,0 bilhões em relação à LOA). Adotamos de forma prudente e necessária a previsão da arrecadação dos royalties e participações especiais do petróleo. Sua redução em confronto com a LOA foi de R\$ 1,9 bilhão, gerada principalmente pelas expectativas no cenário mundial. A queda do preço do barril tipo Brent no mercado internacional, a ausência de estudos mais específicos sobre o comportamento dessa commodity e a instabilidade do câmbio nos últimos meses são fatores que norteiam a decisão conservadora adotada nesta Nota.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

1 

Ao final desta Nota inclui-se Anexo que detalha os modelos de projeção que auxiliam a análise das principais receitas.

II – Cenário Econômico

Em 2014 a economia brasileira teve um desempenho muito aquém das expectativas, com uma redução drástica no ritmo da atividade econômica. As projeções iniciais de mercado apontavam para um crescimento de 2%. No entanto, ao final do ano, o mercado esperava que o PIB fechasse com resultado muito próximo de zero (0,1%), indicador a ser confirmado com a divulgação oficial pelo IBGE no final do Mês de março. Houve, também, uma redução na expectativa de crescimento para o ano de 2015, passando de 2,50% para 0,00%.

O cenário doméstico foi desalentador. Ao contrário da previsão inicial, a Copa do Mundo não produziu os efeitos esperados. O aumento no número de feriados por conta dos jogos contribuiu para impactar sobremaneira o comércio, que viu suas vendas despencarem. A indústria, novamente, foi severamente atingida pela crise internacional e por uma redução na demanda interna. Pelo lado da infraestrutura, houve alguns avanços, principalmente por conta da concessão de importantes aeroportos e de estradas federais, o que deve resultar em aumento de competitividade da economia.

No cenário externo, os destaques ficam por conta da desaceleração da China, a persistente dificuldade por parte da União Europeia e do Japão de saírem da crise e o calote técnico da Argentina, com a contestação de parte dos credores na justiça americana por não aceitarem a renegociação da dívida. Junte-se a isso a recuperação da economia norte-americana, a queda brusca no preço do barril do petróleo e a desvalorização das commodities agrícolas e minerais.

Diante deste cenário, a expectativa no mercado é de uma valorização do dólar em 2015 com um cambio médio de 2,85 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de seis de fevereiro de 2015. Este ambiente de incerteza no mercado internacional tende a

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E -	04 / 076111 / 2015
Data	06 / 03 / 2015 fls. 06
Rubrica	ID: 4425269-2

desestimular novos investimentos e reduzir a confiança dos consumidores, o que afeta diretamente as projeções econômicas para este ano.

No setor público, a expectativa é de um ajuste fiscal firme, com redução de gastos correntes e aumento de impostos e contribuições. Apesar da redução na demanda agregada, a esperada correção no rumo da política fiscal pode contribuir para recuperar a credibilidade do Governo junto ao mercado e gerar efeitos positivos na retomada do crescimento econômico.

O ano de 2014 foi marcado pelo aprofundamento dos desequilíbrios no saldo de transações correntes do balanço de pagamentos do país, principalmente pelo déficit registrado na balança comercial. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o saldo acumulado de janeiro a novembro foi de - US\$ 4,223 bilhões. Por outro lado, a balança comercial fluminense acumula um superávit de janeiro a novembro de 2014 de US\$ 712.133 milhões. Nos onze primeiros meses de 2014 as importações cresceram 0,12%. As exportações, por sua vez, apresentaram um acréscimo de 10,63% no período, fruto do aumento das exportações de óleos brutos de petróleo no montante de 16,42%.

Atenção especial deve ser dada à inflação em 2015. O IPCA no mês de dezembro subiu 0,78%, acelerando fortemente frente aos 0,51% registrados em novembro e reforçando as dúvidas quanto à convergência para o centro da meta. Com os dados de dezembro, o ano fechou em 6,41%, muito próximo ao teto da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%. A possibilidade de maior desvalorização do câmbio aliada aos ajustes dos preços administrados pode pressionar ainda mais o índice neste ano. No Estado do Rio de Janeiro, o IPCA aumentou 1,39% em dezembro, terminando o ano em 7,6%. A sustentação do IPCA próximo ao teto da meta sugere o esgotamento da política de crescimento pautado em consumo.

A indústria brasileira tem sofrido nos últimos anos os efeitos da sobrevalorização do real e, conseqüentemente, a competição com os produtos importados. Outro fator que tem contribuído negativamente é a desaceleração do consumo. Há ainda, o estado de precarização da infraestrutura, a alta carga tributária, além de um ambiente jurídico-institucional frágil. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira apresentou

3



piora em outubro de 2014, caindo 3,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esses dados para o Rio de Janeiro são ainda piores, mostrando uma redução de 7,3% em outubro, frente ao mesmo período do ano anterior. A variação acumulada nos últimos doze meses foi de -3,6%.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial Fluminense (ICEI-RJ) atingiu 45,7 pontos no terceiro trimestre de 2014, valor mais baixo de toda a série histórica, iniciada em 2005. Este cenário reflete o pessimismo do empresário fluminense com a conjuntura econômica atual.

Diante disso, 2014 deve se confirmar como mais um ano crítico para a indústria, em que a produção industrial nacional deve fechar com um decréscimo de 2,97%, segundo o boletim Focus. Igualmente, em 2015 não deve haver melhora no panorama setorial. Espera-se uma recuperação tímida, com crescimento muito próximo a 0,7%, de acordo com o mesmo relatório. No entanto, considera-se a possibilidade de haver impactos positivos sobre as exportações devido à depreciação do Real nos últimos meses, bem como a manutenção do câmbio em um patamar mais elevado ao longo de 2015.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, em outubro houve estagnação na variação mensal do emprego no estado, fruto da criação líquida de apenas 39 vagas. No ano o saldo está positivo em 58.371 postos de trabalho, um crescimento de 1,51%. O arrefecimento do mercado de trabalho verificado no ano de 2014 deve se intensificar no ano de 2015, devido à persistente desaceleração da atividade econômica neste período.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de receita estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2015 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		1ª REVISÃO X LOA	
		LOA 2015 (C)	1ª Revisão (D)	(D - C)	Δ% (D/C-1)
IRRF	00	3.168	3.168	0	0,0%
IPVA	00	2.194	2.120	- 74	-3,4%
ITD	00	737	659	- 78	-10,5%
FECF	22	3.249	3.067	- 182	-5,6%
ICMS	00	37.620	33.655	- 3.966	-10,5%
Receita Financeira		231	231	0	0,0%
FPE	06	1.211	1.165	- 46	-3,8%
IPI	07	933	877	- 56	-6,0%
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União	01	49	-	- 49	-100,0%
Multas e Juros**		512	512	-	
Dívida Ativa***		287	287	-	
Dep. Judiciais tributários	90	11	11	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		53	53	-	
Outras Restituições		77	77	-	
Outros		77	77	0	-0,2%
Receitas Extras		2.197	225	- 1.972	-89,8%
Onibus CEDAE - CEG	01	1.950	130	- 1.820	-93,3%
Demais Receitas	01	182	30	- 152	-83,6%
Receita intra Demais		-	-	-	
Receita intra outras Restituições	01	65	65	-	
Subtotal 1		52.692	46.270	- 6.422	-12,2%
Alienação de Bens	01	736	-	- 736	-100,0%
Depósitos judiciais	91	300	300	-	
Operações de Crédito		6.143	6.074	- 69	-1,1%
	11	5.442	5.381	- 61	-1,1%
	21	701	693	- 8	-1,1%
Receita Financeira		-	-	-	
Subtotal 2		7.179	6.374	- 805	-11,2%
Royalties & FEP		9.004	7.022	- 1.982	-22,0%
	04	3.323	1.864	- 1.458	-43,9%
	10	5.681	5.157	- 524	-9,2%
CIDE	26	-	0	0	0,0%
Salário Educação	05	478	477	- 2	-0,4%
Subtotal 3		9.482	7.498	- 1.984	-20,9%
TOTAL GERAL (1+2+3)		69.354	60.142	- 9.212	-13,3%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

** Incluir FR 00 - 01 - 22 - 96

*** Incluir FR 00 - 01 - 22

5

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E -	04.1076/11/2015
Data	06/03/2015 fls. 09
Rubrica	Id: 4425264-2

- 1. IPVA** – Alterado em menos R\$ 74 milhões em relação à LOA, projetando-se um crescimento de R\$ 91 milhões na comparação com 2014. A reestimativa está em linha com a redução das vendas dos veículos automotores que ocorreu no último ano. Adicionalmente, o Governo não prorrogou a desoneração de IPI para carros, o que deve impactar, ainda mais, as vendas no ano de 2015.
- 2. ITD** – Este imposto teve a previsão para 2015 reduzida para R\$ 659 milhões, uma diminuição de R\$ 78 milhões em relação à LOA. Destaca-se que este tributo tem obtido expressivo crescimento nos últimos anos. Em 2013 houve um crescimento incomum de 21,8%, devido em parte por entrada de receita atípica. Em 2014 houve um aumento de 7,7%. O fato de a base de comparação estar positivamente influenciada, a expectativa para o próximo ano ser de ajustes na economia e de uma esperada redução no ritmo de valorização dos imóveis indicam um decréscimo na arrecadação de 4,2% para o ano corrente, se comparado a 2014.
- 3. FECP** – Reestimado em menos R\$ 182 milhões frente à LOA. Espera-se um realinhamento dos preços administrados para o ano de 2015, em especial no setor elétrico, o que deve contribuir, em parte, para uma recomposição do montante a ser arrecadado. Por outro lado, a contração da atividade econômica impacta sobremaneira o resultado esperado para o FECP, alíquota adicional geral sobre o ICMS. O decréscimo, portanto, considera uma readequação das expectativas dos agentes econômicos em relação ao desempenho da economia neste ano, a partir do aprofundamento do cenário recessivo. Observa-se que esta previsão já incorpora os efeitos da manutenção das alíquotas do FECP no mesmo patamar de 2013, conforme definido pela Lei Complementar Estadual 151/2013.
- 4. ICMS** – Reavaliado em menos R\$ 3,9 bilhões em relação à LOA, projetando-se um crescimento nominal de 6,6% (+R\$ 2,0 bilhões) em relação ao realizado em 2014. A piora no desempenho da arrecadação no ano de 2014, impulsionada pela mudança no cenário econômico, impactou a estimativa para o ano de 2015. Espera-se que haja uma melhora no quadro conjuntural somente a partir do segundo semestre de 2015.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E -	04.1076111/2015
Data	06/03/2015 fls. 10
Rubrica	ID: 4425269.2

5. **FPE - Reavaliado em menos R\$ 46 milhões (-3,8%) em relação à LOA 2015.**
Considera-se nessa reestimativa os efeitos econômicos negativos resultantes da retração da demanda de automóveis, móveis e eletrodomésticos da linha branca, originada pelo fim das desonerações no IPI, que teve suas alíquotas restabelecidas para tais produtos a partir de 01/01/2015, conforme Decreto 8.280/2014. Acredita-se que o montante repassado ao Estado do Rio de Janeiro a título de FPE alcançará R\$ 1,1 bilhão até o fim do ano, representando um aumento de R\$ 55 milhões (+5,0%) em comparação ao valor realizado em 2014.
6. **IPI Exportação - Reduzido em menos R\$ 56 milhões (-6,0%) em relação à LOA 2015,** dadas as alterações nas alíquotas do IPI já descritas no item 5. Mesmo assim, espera-se um alcance de receita no valor de R\$ 877 milhões para 2015, tímido crescimento de 6,9% (+R\$ 57 milhões) em relação a 2014.
7. **Demais Transferências da União –** Considerando que esta receita é composta em maior magnitude pelo FEX- Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações- e dado que a União não realizou esta transferência referente ao exercício de 2014, os valores nesta rubrica não serão contabilizados como expectativa de receita até que uma Medida Provisória versando sobre o tema seja publicada pelo Governo Federal.
8. **Receitas Extras –** Avaliada a origem desses recursos que norteou sua previsão no orçamento, reduzimos de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 225 milhões a expectativa de recebimento nessa rubrica devido à incerteza de realizar as receitas de concessão de serviços públicos nesse primeiro semestre.
9. **Alienações de Bens –** As medidas administrativas e jurídicas que antecedem a realização de alienações estão em fase de processamento e análise, sem cronograma previsto de realização. Nessa direção, propõe-se não considerar na expectativa de receita desta Nota o valor de R\$ 736 milhões nesta rubrica.
10. **Operações de Crédito –** Estimado em R\$ 6,1 milhões, valor do ANEXO V do Programa de Ajuste Fiscal, que reflete ajustes na flutuação do câmbio e reorganização do fluxo de desembolso para os próximos anos. Reduzido em R\$ 69 milhões em relação à LOA.



7

11. Royalties – Em relação à LOA, a receita de Royalties e Participações Especiais foi reduzida em R\$ 1,9 bilhão. Para a receita hoje esperada de R\$ 7,0 bilhões, os parâmetros utilizados foram Brent de US\$ 65 e câmbio a R\$/US\$ 2,65. A revisão negativa reflete o cenário de incertezas sobre o comportamento dessas variáveis no mercado internacional. Com base nessas variáveis estima-se que caberá ao RIOPREVIDÊNCIA R\$ 5,1 bilhões desta receita, o que representa 73% das participações governamentais do Estado. O acompanhamento desses parâmetros orientará outras revisões da receita ao longo do exercício.

Tabela 2 R\$

ROYALTIES		LOA 2015	1ª REVISÃO
		9.004.184.856	7.021.685.206
	Tranferências aos Municípios	492.452.796	383.976.395
	PASEP	85.117.321	66.377.088
Fonte 04	FECAM	531.930.936	385.419.963
	Indenização a União	1.106.797.911	1.028.672.694
	Recomposição da Conta "B"		
	Serviço da Dívida	1.106.525.168	
Fonte 10	RIOPREVIDÊNCIA*	5.681.360.724	5.157.239.066

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2015 - Por Fonte de Recursos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo E - 04/1046/11/12

Data 06/10/2015 fls.

Rubrica 100 - ID: 4425269

Receita**	FR	LOA 2015 (B)	1ª REVISÃO (C)	LOA 2015 X 1ª REVISÃO	
				(C - B)	Δ% (C/B - 1)
IRRF	00	3.168	3.168		0,0%
IPVA	00	2.194	2.120	(74)	-3,4%
ITD	00	737	659	(78)	-10,5%
ICMS	00	37.620	33.655	(3.966)	-10,5%
Multas e Juros	00	493	493		
Dívida Ativa	00	275	275		
Receita Financeira	00	0	0	()	-0,0%
Outras Restituições	00	35	35		
Outros	00	2	0	(2)	-99,1%
TOTAL	00	44.524	40.405	(4.119)	-9,3%
Receita Financeira	01	231	231		
Demais Transf. União	01	49	-	(49)	-100,0%
Multas e Juros	01	6	6		
Outras Restituições	01	42	42		
Dívida Ativa	01	8	8		
Demais Receitas	01	182	30	(152)	-83,6%
Alienação de Bens*	01	736	-	(736)	-100,0%
Ress. de Pess. Cedido- D. Áreas	01	3	3		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	0		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	65	65		
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	01	-	-		
Outros	01	2.020	202	(1.818)	-90,0%
TOTAL¹	01	3.341	586	(2.755)	-82,5%
Royalties	04	3.323	1.864	(1.458)	-43,9%
Receita Financeira	04	-	-		
Royalties	10	5.681	5.157	(524)	-9,2%
TOTAL		9.004	7.022	(1.982)	-22,0%
Salário Educação	05	478	476	(2)	-0,4%
Outros	05	0	0		
TOTAL	05	478	477	(2)	-0,4%
FPE	06	1.211	1.165	(46)	-3,8%
Receita Financeira	07	-	-		
IPI	07	933	877	(56)	-6,0%
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	1.019	963	(56)	-5,5%
	20				
	20				
Total	20	50	50		
FECP	22	3.249	3.067	(182)	-5,6%
Multas e Juros	22	14	14		
Dívida Ativa	22	5	5		
TOTAL	22	3.267	3.086	(182)	-5,6%
Outros	26	0	-	0	-100,0%
CIDE	26	-	0		
TOTAL	26	0	0	()	-37,5%
Dep. Judiciais tributários	90	11	11		
Outros	90	1	1		
TOTAL	90	12	12		
DEP. Judiciais não Tributários	91	300	300		
Outros	91	-	-		
TOTAL	91	300	300	-	-
Outros	95	2	2		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	-	-		
Outras Restituições	11	-	-		
Operações de Crédito*	11	5.442	5.381	(61)	-1,1%
Operações de Crédito*	21	701	693	(8)	-1,1%
TOTAL GERAL		69.354	60.142	(9.212)	-13,3%

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

¹ Inclui R\$2.657.857,00 referente à Emenda Legislativa para orçamento de investimento da CEDAE

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Acrescenta-se ao final da Tabela 4 o cronograma esperado das demais Fontes de Recursos, visando orientar a divulgação das metas Bimestrais de Arrecadação nos termos do artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

		Em mil R\$								
FONTE	TTT FONTE	FR	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL	
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.641.062	6.275.558	6.353.418	6.591.379	6.547.337	7.193.620	39.602.376	
		01	4.743	4.743	4.743	4.743	4.743	4.743	28.456	
		22	508.293	503.085	494.300	494.810	520.097	546.723	3.067.308	
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	6	6	6	6	6	6	37	
		01	43.728	43.728	43.728	43.728	87.061	130.394	392.366	
		04	379.738	180.832	280.941	280.941	180.832	561.163	1.864.446	
		05	55	55	55	55	55	55	329	
		07	-	-	-	-	-	-	-	-
		10	1.149.084	262.333	1.254.571	1.254.571	262.333	974.348	5.157.239	
		11	-	-	-	-	-	-	-	-
		21	-	-	-	-	-	-	-	-
		26	-	-	-	-	-	-	-	-
		90	160	160	160	160	160	160	959	
16	RECEITA DE SERVIÇOS	95	235	235	235	235	235	235	1.407	
		01	941	941	941	941	941	941	5.644	
		95	45	45	45	45	45	45	272	
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	01	-	-	-	-	-	-	-	
		05	79.364	79.364	79.364	79.364	79.364	79.364	476.181	
		06	249.912	166.908	207.292	169.115	158.204	213.265	1.164.696	
		07	165.627	142.074	156.082	158.644	157.062	183.154	962.643	
		26	114	-	-	-	-	-	114	
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	00	133.796	133.796	133.796	133.796	133.796	133.796	802.775	
		01	12.927	8.775	36.344	8.428	16.161	11.759	94.393	
		11	-	-	-	-	-	-	-	
		20	456	1.185	1.155	2.139	600	3.822	9.358	
		22	3.047	3.047	3.047	3.047	3.047	3.047	18.282	
		90	-	-	10.808	-	-	-	10.808	
		91	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	300.000	
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	590.892	957.960	957.960	957.960	957.960	957.960	5.380.694	
		21	65.977	125.466	125.466	125.466	125.466	125.466	693.309	
22	ALIENAÇÃO DE BENS	01	-	-	-	-	-	-	-	
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	95	397	397	397	397	397	2.382		
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	01	17	35	32	39.455	105	25.439	65.083	
		20	6.781	5.991	1.892	5.774	4.073	16.428	40.938	
83	INTRAORÇAMENTÁRIA AMORTIZAÇÃO	01	-	-	-	-	-	-	-	
Total Fontes de Recursos do Tesouro			10.087.392	8.946.719	10.196.776	10.405.199	9.290.080	11.216.330	60.142.496	
Total Demais Fontes de Recursos			2.605.405	2.481.594	2.520.354	2.383.392	4.849.653	2.741.428	17.581.825	
Total Geral			12.692.797	11.428.313	12.717.130	12.788.590	14.139.733	13.957.758	77.724.322	

* Apenas UGE 999900.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

V - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir compara a nova estimativa da Receita, detalhada por Fonte de Recursos, com despesa fixada na lei de Orçamento Anual - LOA. A Tabela abaixo aponta os ajustes que deverão ser processados nas dotações financiadas com recursos do Tesouro, diante da frustração esperada da Receita.

Tabela 4

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE								
FR	RECEITA BRUTA PREVISTA (A)	PREVISÃO FUNDEB** (B)	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (C) = (A) - (B)	LOA BRUTA (D)	DEDUÇÕES (FUNDEB**) (E)	LOA LÍQUIDA (F) = (D) - (E)	DIFERENÇA BRUTA (G) = (A) - (D)	DIFERENÇA LÍQUIDA (H) = (C) - (F)
00	40.405.187.504	5.479.491.205	34.925.696.299	44.523.703.989	6.097.229.659	38.426.474.330	(4.118.516.485)	(3.500.778.031)
01	585.942.287		585.942.287	3.338.750.565		3.338.750.565	(2.752.808.278)	(2.752.808.278)
06	1.164.696.113	232.939.223	931.756.890	1.210.826.862	242.165.372	968.661.490	(46.130.749)	(36.904.600)
07	962.642.948	148.671.744	813.971.204	1.018.861.809	157.104.573	861.757.236	(56.218.861)	(47.786.032)
22	3.085.590.599		3.085.590.599	3.267.227.962		3.267.227.962	(181.637.363)	(181.637.363)
Subtotal	46.204.059.451	5.861.102.171	40.342.957.280	53.359.371.187	6.496.499.604	46.862.871.583	(7.155.311.736)	(6.519.914.303)
04	1.864.446.148		1.864.446.148	3.322.824.132		3.322.824.132	(1.458.377.984)	(1.458.377.984)
05	476.510.760		476.510.760	478.314.473		478.314.473	(1.803.713)	(1.803.713)
20	50.296.078		50.296.078	50.296.078		50.296.078	-	-
26	113.548		113.548	181.692		181.692	(68.144)	(68.144)
90	11.766.572		11.766.572	11.766.572		11.766.572	-	-
91	300.000.000		300.000.000	300.000.000		300.000.000	-	-
95	4.061.686		4.061.686	4.061.686		4.061.686	-	-
11	5.380.694.222		5.380.694.222	5.441.992.499		5.441.992.499	(61.298.277)	(61.298.277)
21	693.308.734		693.308.734	701.207.088		701.207.088	(7.898.354)	(7.898.354)
10*	5.157.239.058		5.157.239.058	5.681.360.724		5.681.360.724	(524.121.666)	(524.121.666)
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	13.938.436.806	-	13.938.436.806	15.992.004.944	-	15.992.004.944	(2.053.568.138)	(2.053.568.138)
TOTAL	60.142.496.257	5.861.102.171	54.281.394.086	69.351.376.131	6.496.499.604	62.854.876.527	(9.208.879.874)	(8.573.482.441)

*Recursos de Royalties destinado ao Rioprevidência

** Contabilizado por Conta Redutora

SIG em 09-02-2015

Em relação à Receita autorizada na Lei de Orçamento, excluindo os recursos diretamente arrecadados e os vinculados a destinações específicas, a revisão das estimativas neste início de exercício, após deduzidas as transferências ao FUNDEB, aponta para uma frustração de R\$ 8,57 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 5. A Receita líquida para o exercício é de R\$54,28 bilhões.

Considerando as Fontes de Recursos do Tesouro que se compensam, o saldo negativo, consequência da frustração de receita, é de R\$ 6,52 bilhões concentrados nas FR(s) 00

11

(R\$ 3,5 bilhões) e 01 (R\$ 2,75 bilhões), acenando para a imperiosa necessidade de, nesse momento, contingenciar dotações no sentido de preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro. Ao longo do exercício novas revisões poderão orientar outros procedimentos.

VI – Alocações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

Neste item demonstra-se, em tabelas individualizadas, a necessária adequação das despesas sujeitas à vinculações constitucionais e legais à frustração de Receita do Tesouro, indicando os valores que devem ser contingenciados.

No âmbito das despesas sujeitas a vinculações constitucionais há que se considerar o FUNDEB, contabilizado por conta redutora desde 2013, o que dispensa sua execução orçamentária ao longo do exercício. O cálculo da previsão dessa despesa anual aqui apresentado tem como objetivo estimar o montante que deve ser considerado na composição dos gastos na Função Educação, vis a vis o cumprimento do limite constitucional.

Ainda analisando os gastos da Função Educação, em particular as despesas financiadas com a FR 15 – FUNDEB, alocadas na SEEDUC, sugerimos que a liberação orçamentária ocorra em consonância com a realização da receita, uma vez os registros contábeis da conta redutora não discriminam o retorno e a perda líquida. A estimativa preliminar do retorno de recursos do FUNDEB é de R\$ 2.670.642.651, 00.

VI.1 Transferências aos Municípios

Tabela 5

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS			
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	9.664.867.732	10.071.968.760	407.101.028
FR 04	383.976.402	492.452.796	108.476.394
FR 07	219.194.219	854.329.951	635.135.732
FR 26	28.387		(28.387)
TOTAL GERAL	10.268.066.740	11.418.751.507	1.150.684.767

VI.2 Saúde

Tabela 6

Em R\$

SAÚDE			
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		4.716.336.981	
2901		160.300.092	
2931		28.789.530	
2961		4.527.247.359	
2971		-	
4043			
IASERJ		(28.789.530)	
TOTAL GERAL	4.284.092.113	4.687.547.451	403.455.338

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043. / Excluída FR 01 e FR 20.

VI.3 Educação e FUNDEB

Tabela 8

FUNDEB	
FUNDEB	DESPESA PREVISTA (A)
PERDA LÍQUIDA	3.190.459.520
FR 00	2.894.758.459
FR 06	188.605.955
FR 07	107.095.106
RETORNO	2.670.642.651
FR 00	2.584.732.746
FR 06	44.333.267
FR 07	41.576.637
TOTAL FUNDEB	5.861.102.171

Em R\$

EDUCAÇÃO			
EDUCAÇÃO	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		3.527.923.708	
1241		22.499.344	
1801		1.064.707.281	
1802		177.564.732	
4041		207.782.643	
4043		974.973.933	
4044		819.177.220	
4045		182.560.080	
4046		38.202.578	
4047		40.455.897	
CEPERJ		(22.499.344)	
FAPERJ		(207.782.643)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(13.495.160)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(14.775.627)	
EDUCAÇÃO - DEMAIS	3.064.112.233	3.269.370.934	205.258.701
FUNDEB - Conta Redutora	5.861.102.171	5.861.102.171	
TOTAL EDUCAÇÃO	8.925.214.404	9.130.473.105	205.258.701

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

Excluída FR 01, fr 20

VI.4 - FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Tabela 9

Em R\$

FAPERJ			
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	426.406.249	467.612.402	41.206.153

Em R\$

FECAM			
FECAM	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 01	432.567	4.054.281	3.621.714
FR 04	385.815.964	531.930.936	146.114.972
TOTAL GERAL	386.248.531	535.985.217	149.736.686

Em R\$

FEHIS			
FEHIS	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS		239.747.888	
Aluguel Social		86.974.908	
TOTAL GERAL	308.559.060	326.722.796	18.163.736

Em R\$

FAF			
FAF	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	367.572.701	384.896.430	17.323.729

Em R\$

PASEP			
PASEP	DESPESA PREVISTA (A)	LOA (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	404.255.759	379.460.558	(24.795.201)
FR 01	5.859.423	18.520.963	12.661.540
FR 04	66.377.088	85.117.321	18.740.233
FR 06	11.646.961	12.108.269	461.308
FR 07	7.018.721	7.427.285	408.564
FR 26	852	1.817	965
TOTAL GERAL	495.158.804	502.636.213	7.477.409

VII – Resumo de Origens e Aplicações de Recursos em Vinculações Constitucionais e Legais

A Tabela abaixo apresenta o saldo/déficit por Fonte de Recursos apontado na Tabela 5, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais e das demais despesas não discricionárias e prioritárias.

Tabela 10

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (1ª REVISÃO RECEITA)

FR		00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	26	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR		-3.500.778.031	-2.752.808.278	-36.904.600	-47.786.032	-181.637.363	-6.519.914.303	-1.458.377.984	-68.144	-7.978.360.431
TOTAL COMPROMISSOS		1.049.549.748	15.887.254	461.308	635.544.296	18.163.736	1.719.606.342	273.727.599	-27.422	1.993.306.519
OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICIPIOS	407.101.028			635.135.732		1.042.236.760	108.476.394	-28.387	1.150.684.767
	SAUDE	403.455.338					403.455.338			403.455.338
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	205.258.701					205.258.701			205.258.701
	FAPERJ	41.206.153					41.206.153			41.206.153
	FECAM		3.225.714				3.225.714	146.510.972		149.736.686
	FEHIS					18.163.736	18.163.736			18.163.736
	FAF	17.323.729					17.323.729			17.323.729
	PASEP	-24.795.201	12.661.540	461.308	408.564		11.263.789	18.740.233	965	7.477.409
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)		-2.451.228.283	-2.736.921.024	-36.443.292	587.758.264	-163.473.627	-4.800.307.961	-1.184.650.386	-95.565	-5.985.053.912
ENCARGOS COM A UNIÃO								78.125.217		78.125.217
DÍVIDA		-6.010.662.923					-6.010.662.923	1.106.525.169		-4.904.137.754
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA (2)		-8.461.891.205	-2.736.921.024	-36.443.292	587.758.264	-163.473.627	-10.810.970.884	0	-95.565	-10.811.066.449

Considerando o saldo em cada Fonte de Recurso, as obrigações constitucionais, o déficit da Dívida, deduzido as dotações financiadas com Royalties tem-se um déficit de R\$ 10,81 bilhões em relação ao orçamento disponível.

VIII - Conclusão

A presente Nota avaliou a Receita sob a luz das perspectivas da economia, das variáveis do processo de arrecadação e da despesa fixada na Lei de Orçamento Anual, cujos parâmetros econômicos que orientaram a elaboração do orçamento no mês de julho de 2014, não se configuraram. À época, a expectativa de Receita Tributária apontava para um crescimento nominal de 11,0% em relação a 2013, e encerramos o exercício com crescimento nominal de apenas 3,6%.

Diante das incertezas do cenário econômico, aliadas à frustração de Receita Tributária e à diminuição da receita originária dos Royalties e Participações Especiais que afetam diretamente o equilíbrio orçamentário e financeiro, numa atitude conservadora propõe-se um sério ajuste nas despesas de natureza continuada financiadas com recursos do Tesouro, sem prejuízo para a continuidade dos investimentos que têm recursos financeiros garantidos pelas Operações de Crédito já contratadas.

Na Tabela 10 demonstra-se o ajuste necessário para adequar as dotações destinadas ao cumprimento das vinculações constitucionais e legais, Transferências aos Municípios, Educação e Saúde, de FECAM, FAPERJ, FEHIS, FAF e PASEP, inclusive as demais despesas não discricionárias, em especial o serviço da Dívida Pública.

As projeções aqui apresentadas, Receita Líquida do Tesouro R\$ 40,3 bilhões contra uma Despesa autorizada de R\$46,8 bilhões indicam que R\$ 6,5 bilhões devem ser contingenciados até que novas revisões da Receita modifiquem as estimativas aqui apresentadas.

Gestões para minimizar o déficit do RIOPREVIDÊNCIA já estão sendo implementadas, mas, no âmbito das despesas financiadas com recursos do Tesouro, o expressivo déficit financeiro estimado indica a necessidade de se buscar outras fontes de financiamento, dentre elas a possibilidade de realizar receitas de concessão e alienação, consideradas na elaboração do orçamento.

O cenário econômico nacional não é otimista e o acompanhamento da realização da Receita poderá sugerir a adoção de outras medidas ao longo do exercício. A cada dois

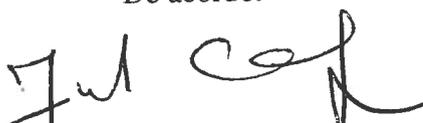
meses estaremos revendo as previsões de modo a permitir o cumprimento das ações do Governo dentro das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A análise dos números indica que não há disponibilidade financeira para assumir despesas não programadas.

Cabe informar que a previsão de Receita apresentada nesta Nota orienta a elaboração das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma de Desembolso, exigidos pelos artigos 8º e 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal.


Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo.


Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda

Anexo 1 – Modelos de Previsão

A nota de receita contém as receitas estimadas com base em modelos econométricos. VAR e SARIMA são os modelos mais usuais utilizados pela subsecretaria de politica fiscal. O SARIMA é utilizado para a estimação de todos os conjuntos de tributos. O VAR é restrito às receitas que sofrem influência de variáveis econômicas, tais como vendas, PIB, salários e etc. Apresentamos a seguir a metodologia dos dois modelos.

SARIMA

Box e Jenkins (1970) introduziram os modelos ARMA e ARIMA onde o primeiro trabalha com variáveis no nível e o segundo com equações em diferença. A escolha entre os dois modelos é determinada pela estacionariedade² das séries.

Nestes modelos a finalidade é encontrar uma equação que represente a série temporal X_t , por meio de uma estrutura dependente dos seus valores passados, X_{t-1}, \dots, X_{t-p} e seus erros de previsão um passo à frente, e_{t-1}, \dots, e_{t-q} , onde cada e_{t-q} , para todo $q < n$, é igual a $X_{t-q} - XP_{t-q}$, onde XP_{t-q} é a previsão de X_{t-q} utilizando informações amostrais até o período $t-q-1$.

O componente dependente de seus valores passados é a parte auto regressiva. O processo auto regressivo de ordem p , AR(p), é definido por:

$$X_t = \gamma_1 X_{t-1} + \gamma_2 X_{t-2} + \dots + \gamma_p X_{t-p} + \varepsilon_t$$

ε_t é ruído branco.

O componente de médias móveis utiliza valores defasados dos erros de previsão para desenvolver a capacidade preditiva do modelo. Um modelo com médias móveis MA(q) tem a seguinte forma:

$$X_t = \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q}$$

ε_t é ruído branco.

A conjunção dos dois componentes constrói o modelo ARMA (p, q):

$$x_t - \rho_1 x_{t-1} - \dots - \rho_p x_{t-p} = \varepsilon_t - \alpha_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \alpha_q \varepsilon_{t-q}$$

Como pode ser visto na equação acima a parte auto regressiva esta na esquerda e a média móvel no lado direito da equação. De forma intuitiva, podemos inferir, que no

² Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve aleatoriamente, no tempo, em torno de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável.

lado esquerdo, a subtração da variável no nível (X_t) de todo o efeito passado resulta no lado direito, isto é, nos erros de previsão cometidos.

Para simplificar, o modelo pode ser descrito utilizando o operador de defasagens L , que é definido por:

$$LX_t = X_{t-1}$$

O modelo ARMA (p,q) pode ser então descrito, utilizando o operador de defasagens L , por:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p) x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t$$

No caso de não estacionariedade devemos utilizar o modelo em diferenças. A determinação de em quantas diferenças deve-se trabalhar é o limite até que a série se torne estacionária. Quando determinado processo é não estacionário e sua diferença é estacionária ele é denominado um processo integrado.

Um processo X_t é integrado de ordem d se a equação abaixo é estacionária:

$$\Delta^d X_t = (1 - L)^d X_t$$

Um modelo ARIMA(p,d,q) para determinada série de tempo X_t é um modelo no qual X_t é integrável de ordem d . A série estacionária $(1-L)^d X_t$ é então modelada por um processo ARMA(p,q), e toma a seguinte forma:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)(1 - L)^d x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t \quad \text{ARIMA}(p,d,q)$$

Para inclusão dos componentes sazonais basta extrair os efeitos esperados da mesma forma que a utilização usual do ARIMA. Para tanto, um modelo ARIMA-Sazonal, denominado por SARIMA, é denotado por ARIMA(P,D,Q)_s, onde P é a ordem do componente auto regressivo sazonal, D é a ordem das diferenças sazonais e Q é a ordem da média móvel sazonal. Um modelo ARIMA(P,D,Q)_s é dado por:

$$(1 - \beta_1 L^s - \dots - \beta_p L^{sp})(1 - L^s)^D x_t = (1 - \phi_1 L^s - \dots - \phi_q L^{qs}) \varepsilon_t$$

Devido as propriedades das séries de tempo, que apresentam tendência, sazonalidade e movimentos cíclicos, é desejável se combinar o modelo ARIMA tradicional com o modelo SARIMA puro, obtendo-se então o modelo ARIMA (p,d,q) x SARIMA(P,D,Q)_s, isto é, constrói-se o modelo ARIMA com AR(p), MA(q) e integrado de ordem d e decompõe-se os efeitos sazonais por meio de um SARIMA. Desta forma temos:

$$\begin{aligned}
 & \underbrace{(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)}_{\text{Componente Sazonal autoregressivo}} \underbrace{(1 - \beta_1 L^s - \dots - \beta_p L^{ps})}_{\text{Componente Sazonal nas diferenças}} (1 - L)^d (1 - L^s)^D x_t \\
 & = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \underbrace{(1 - \phi_1 L^s - \dots - \phi_o L^{so})}_{\text{Componente Sazonal na média Móvel}} \varepsilon_t
 \end{aligned}$$

Onde s pode ser quatro quando a sazonalidade é trimestral e 12 quando ela for anual. Para adicionar sazonalidade a determinados meses, o ideal é incluir dummies.

VAR

Se uma variável em um modelo multivariado não parece ser exógena, uma extensão natural é tratar cada variável simetricamente. No caso de duas variáveis devemos considerar que elas se afetam mutuamente pelos seus valores correntes e passados, ou seja, em um caso bivariado simples, teríamos o seguinte conjunto de equações:

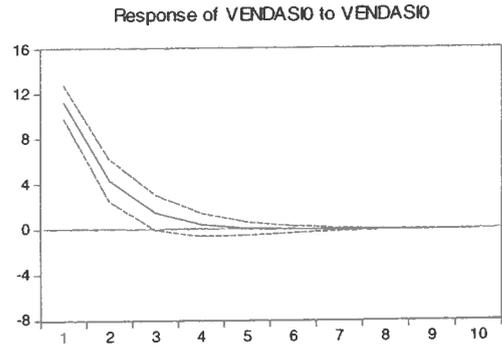
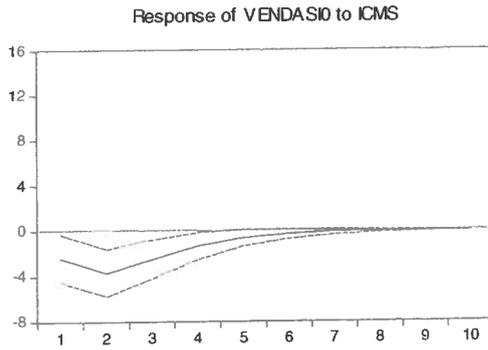
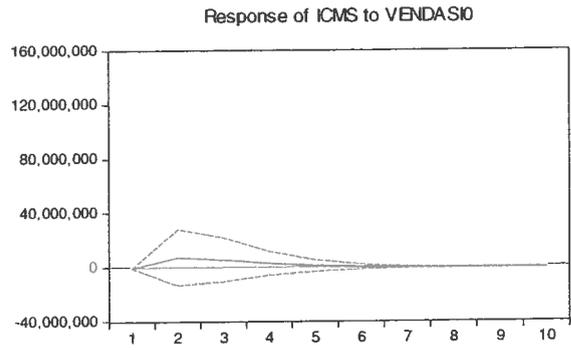
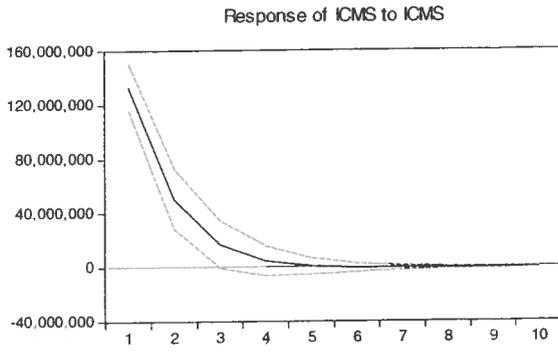
$$\begin{aligned}
 z_t &= b_{20} - b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt}, \\
 y_t &= b_{10} - b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt},
 \end{aligned}$$

Onde: ε_{yt} e ε_{zt} são distúrbios ruídos brancos.

Podemos adicionar quaisquer instrumentos já válidos nas regressões simples do MQO: variáveis exógenas ao modelo que afetem tanto Z_t quanto Y_t ; dummies para efeitos sazonais; dummies para outliers, etc.

Para avaliação da relação entre as variáveis pode-se plotar o gráfico de impulso resposta (como uma variável reage a um impulso nela mesmo ou em outra). Abaixo exemplificamos a sua forma:

Response to Cholesky One S.D. Innovations ± 2 S.E.



21